

---

## Sumário

---

Nota prévia do autor à 4. <sup>a</sup> edição .....	7
Nota prévia do autor à 2. <sup>a</sup> edição .....	9
Nota prévia do autor à 1. <sup>a</sup> edição .....	11
Apresentação à 2. <sup>a</sup> edição – MARIA HELENA DINIZ.....	13
Apresentação à 1. <sup>a</sup> edição – CARLOS ALBERTO BITTAR.....	15
Introdução .....	29

### PARTE I

### O INTERESSE E O DIREITO

1. Os interesses reconhecidos pelo direito .....	35
1.1 O interesse jurídico .....	35
1.2 O interesse e o direito subjetivo.....	47
1.2.1 Teoria da vontade .....	48
1.2.2 Teoria do interesse.....	50
1.2.3 Teoria mista .....	51
1.2.4 Teoria da faculdade.....	52
1.2.5 Teoria da ação lícita.....	53
1.2.6 Teoria do assenhoramento.....	53
1.2.7 Teoria da garantia .....	54
1.2.8 Teoria da pretensão .....	54
1.2.9 Críticas a essas teorias .....	55
1.3 O interesse e o direito potestativo.....	57
1.4 Espécies de interesses .....	58
1.4.1 O interesse público e o interesse privado.....	60

1.4.2	O interesse social e o interesse individual.....	61
1.4.3	Os interesses individuais e os metaindividuais.....	62
1.4.4	Os interesses individuais homogêneos.....	62
1.4.5	O interesse coletivo.....	63
1.4.6	O interesse difuso.....	65
<b>2.</b>	<b>A regulação dos interesses jurídicos .....</b>	<b>69</b>
2.1	As relações jurídico-privadas.....	69
2.1.1	A obrigação e o interesse do credor.....	70
2.1.2	A obrigação e o interesse do devedor.....	71
2.1.3	A obrigação e o interesse de terceiro.....	72
2.2	As relações jurídico-públicas.....	72
2.2.1	A obrigação e o interesse do Estado.....	73
2.2.2	A obrigação e o interesse do particular.....	73
2.2.3	A obrigação e o interesse social.....	74

## PARTE II

### O INTERESSE E O CONTRATO

<b>1.</b>	<b>A regulação contratual dos interesses .....</b>	<b>79</b>
1.1	O contrato como categoria jurídica.....	79
1.1.1	A publicização do privado.....	80
1.1.2	A privatização do público e a sociedade da informação.....	83
1.2	As mutações principiológicas do instituto.....	85
1.2.1	Princípio do consensualismo.....	86
1.2.2	Princípio da autonomia da vontade.....	87
1.2.3	Princípio da igualdade.....	88
1.2.4	Princípio da obrigatoriedade.....	89
1.2.5	Princípio da intangibilidade.....	90
1.2.6	Princípio da inalterabilidade.....	90
1.2.7	Princípio da relatividade dos efeitos.....	90
1.2.8	Princípio da boa-fé.....	90
1.2.9	Conclusões sobre o tema.....	94

1.3	A denominada <i>crise do contrato</i> : a questão da necessidade da criação de institutos jurídicos substitutivos .....	97
1.3.1	A liberdade econômica e o contrato .....	99
1.3.2	Contrato autorizado .....	103
1.3.3	Contrato necessário .....	104
1.3.4	Contrato regulamentado .....	106
1.3.5	Contrato coletivo .....	106
1.3.6	Contrato-formulário .....	109
1.3.7	A revisão dos princípios do contrato .....	109
1.3.8	Contrato administrativo .....	110
1.3.9	O contrato é instituto jurídico insubstituível .....	111
1.4	A posição atual da doutrina: a coletivização da defesa dos interesses .....	112
1.4.1	A função social do contrato e os direitos da personalidade .....	113
1.5	O princípio da relatividade dos efeitos e suas novas tendências .....	114
1.5.1	A ruptura da relatividade dos efeitos .....	116
1.5.2	A responsabilidade contratual e a responsabilidade legal .....	118
1.5.3	A representação por entidade legitimada .....	119
<b>2.</b>	<b>Os efeitos dos contratos .....</b>	<b>121</b>
2.1	Efeitos sobre as partes e terceiros .....	121
2.1.1	O sucessor e o cessionário como partes .....	122
2.1.2	Contrato indiferente .....	122
2.1.3	Efeitos do contrato a terceiros, sem a vontade das partes .....	122
2.1.4	Efeitos internos e externos do contrato .....	123
2.1.5	Conflitos interindividuais de interesses .....	126
2.1.6	Conflitos entre interesses individuais e de grupos .....	126
2.1.7	Conflitos intergrupais de interesses .....	127
2.1.8	Conflitos entre interesses individuais e da sociedade .....	127
2.1.9	Conflitos intersociais .....	127

2.1.10	Conflitos entre interesses de grupos e da sociedade .....	127
2.2	Efeitos sobre terceiros determinados.....	128
2.2.1	A estipulação em favor de terceiro .....	129
2.2.1.1	Estipulação sem aceitação .....	130
2.2.1.2	Estipulação com aceitação.....	131
2.2.1.3	Contrato com eficácia de proteção ao terceiro....	131
2.2.1.4	O subcontrato .....	132
2.2.2	O contrato por terceiro a declarar .....	133
2.2.3	A promessa de fato de terceiro .....	134
2.3	Efeitos sobre terceiros não determinados.....	135
2.4	Efeitos sobre terceiros prejudicados .....	136

### PARTE III

## A REGULAÇÃO CONTRATUAL DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

1.	Os contratos derivados de interesses difusos e coletivos .....	139
1.1	A responsabilidade contratual .....	140
1.2	A responsabilidade legal ou extracontratual.....	142
2.	Os contratos difusos e coletivos ou de massa .....	145
2.1	Noções gerais do instituto: a função social do contrato .	145
2.1.1	O contrato de massa (difuso ou coletivo) e as cláusulas gerais .....	153
2.1.1.1	Nomenclatura e noção .....	154
2.1.2	Natureza jurídica .....	157
2.1.2.1	As teorias normativas – críticas .....	157
2.1.2.2	A teoria institucionalista – críticas .....	158
2.1.2.3	A teoria contratual-estatutária – críticas .....	159
2.1.2.4	A teoria da norma fática – críticas.....	160
2.1.2.5	A teoria civilista clássica – críticas .....	160
2.1.3	Características do contrato de massa .....	162
2.1.3.1	Predisposição unilateral.....	162
2.1.3.2	Generalidade .....	163

2.1.3.3	Uniformidade.....	164
2.1.3.4	Abstração .....	164
2.1.3.5	Inalterabilidade.....	165
2.1.3.6	Eficácia concreta dependente de integração .....	165
2.1.3.7	Adesão.....	166
2.1.4	O direito de informação.....	168
2.1.5	O contrato justo .....	170
2.1.6	A interpretação do contrato de massa (difuso ou coletivo) .....	172
2.1.6.1	A proteção dos direitos da personalidade do aderente .....	173
2.1.6.2	Impossibilidade de fixação unilateral do preço e do índice de correção monetária .....	174
2.1.6.3	Temporiedade do negócio jurídico de massa...	175
2.1.6.4	Princípio da vulnerabilidade do aderente.....	175
2.1.6.5	Princípio da informação .....	178
2.1.6.6	Princípio <i>in dubio pro aderente</i> .....	179
2.1.6.7	Intransmissibilidade das obrigações <i>ex lege</i> .....	179
2.1.6.8	Princípio da reparação do dano .....	180
2.1.6.9	Princípio da responsabilidade pela oferta .....	184
2.1.6.10	Princípio da boa-fé.....	186
2.1.6.11	Cláusula penal .....	188
2.1.6.12	Intervencionismo do Estado.....	190
2.1.6.13	Princípio da razoabilidade.....	194
2.1.6.14	Vedação da limitação <i>ex contractu</i> da responsabilidade.....	195
2.1.6.15	Advento de norma de ordem pública.....	195
2.1.6.16	Inaplicabilidade da cláusula de eleição de foro que dificulta o acesso à justiça.....	197
2.1.6.17	Responsabilidade pelo vício do produto ou do serviço .....	198

2.1.7	O controle das cláusulas negociais gerais.....	199
2.1.7.1	Controle extrajudicial .....	200
2.1.7.2	Controle judicial .....	202
2.2	As partes contratantes .....	203
2.3	O terceiro e a legitimação de sua representação .....	203
2.3.1	O terceiro determinável .....	204
2.3.2	O terceiro indeterminado.....	205
2.3.3	Os mecanismos de defesa do terceiro representado no contrato .....	206
2.4	A legitimação da representação dos interesses.....	207
2.4.1	As entidades associativas e os sindicatos.....	208
2.4.1.1	Nas relações locatícias .....	212
2.4.1.2	Nas relações de trabalho .....	213
2.4.1.3	Nas relações agrárias .....	213
2.4.1.4	Nas relações de consumo .....	214
2.4.1.5	Nas relações de direitos autorais .....	216
2.4.1.6	Em outros interesses transindividuais.....	217
2.4.2	A legitimação do Ministério Público.....	217
2.4.2.1	Controle abstrato e concreto do contrato .....	218
2.4.2.2	O termo de compromisso .....	218
2.4.2.3	Intervenção nos contratos ruinosos aos investido- res do mercado mobiliário.....	220
2.4.2.4	Intervenção nos contratos administrativos. O termo de ajustamento .....	221
2.4.2.5	Os acordos como títulos executivos.....	221
2.4.2.6	A propositura de demandas judiciais.....	222
2.5	O objeto do contrato de massa .....	223
2.5.1	Nas relações de consumo .....	224
2.5.2	Nas relações agrárias de propriedade .....	224
2.5.3	No financiamento habitacional .....	227
2.5.4	Nas relações culturais e de meio ambiente.....	228
2.5.5	Na obra caída em domínio público .....	228
2.5.6	No contrato administrativo .....	229

2.5.7 O bem patrimonial .....	231
2.5.7.1 O objeto e o patrimônio .....	231
2.5.7.2 O conteúdo do direito e o objeto .....	232
2.5.8 O bem extrapatrimonial .....	232
2.6 O vínculo jurídico no contrato de massa .....	233
2.6.1 Entre as partes contratantes.....	234
2.6.1.1 A equação financeira do contrato e seus efeitos..	234
2.6.1.2 A boa-fé entre as partes.....	234
2.6.1.3 O abuso de direito .....	238
2.6.1.4 A lesão.....	239
2.6.1.5 As cláusulas e as práticas abusivas .....	242
2.6.2 Entre as partes e os interessados.....	244
2.6.3 Os direitos oponíveis <i>erga omnes</i> .....	245
<b>3. Particularidades sobre os contratos difusos e coletivos .....</b>	<b>248</b>
3.1 As negociações preliminares .....	248
3.2 Os direitos e as obrigações do terceiro representado.....	252
3.3 A formação do contrato .....	253
3.4 A execução das cláusulas contratuais.....	256
3.5 Fatores que interferem nos contratos .....	256
3.5.1 Os acordos internacionais .....	256
3.5.2 O advento de lei de ordem pública.....	264
3.5.3 Os vícios do consentimento.....	268
3.5.3.1 O erro.....	269
3.5.3.2 O dolo.....	272
3.5.3.3 A coação.....	275
3.5.3.4 A lesão.....	275
3.5.3.5 O estado de perigo.....	276
3.5.4 Os vícios sociais .....	277
3.5.4.1 A simulação .....	277
3.5.4.2 A fraude contra credores .....	279
3.5.4.3 A fraude à lei .....	281
<b>Conclusões gerais das Partes I, II e III.....</b>	<b>283</b>

## PARTE IV

### CONTRATOS DIFUSOS E COLETIVOS NOS DIVERSOS RAMOS DO DIREITO

1. Os interesses decorrentes dos contratos difusos e coletivos ...	297
1.1 O interesse difuso.....	304
1.2 O interesse coletivo.....	306
1.3 O interesse individual homogêneo.....	307
2. Os contratos de consumo .....	318
2.1 A relação contratual de consumo .....	322
2.2 A política nacional das relações de consumo .....	333
2.3 A proteção contratual do consumidor.....	336
2.4 A responsabilidade pré-contratual do fornecedor de produtos ou serviços .....	339
2.4.1 A oferta.....	341
2.4.2 Publicidade enganosa .....	342
2.4.3 Publicidade abusiva .....	347
2.5 A responsabilidade pelo fato do produto ou serviço.....	350
2.6 A responsabilidade pelo vício do produto ou serviço .....	354
2.7 O contrato de adesão .....	361
2.8 O conteúdo do contrato de consumo .....	366
2.9 Práticas abusivas .....	371
2.10 Cláusulas contratuais abusivas.....	376
2.10.1 A onerosidade excessiva .....	378
2.10.2 Cláusula penal (arts. 51, § 1.º, III, e 53 da Lei n. 8.078/90) .....	380
2.10.3 Cláusula de eleição de foro (art. 51, IV e XV e § 1.º, III, do CDC).....	382
2.10.4 A cláusula abusiva e o subcontrato .....	386
2.10.5 As cláusulas abusivas e o art. 51 da Lei 8.078/90.....	387
2.10.6 O contrato de plano de saúde .....	397
2.10.7 O contrato de prestação de serviços médicos.....	403
2.10.8 O contrato de consórcio .....	404



2.10.9 Os contratos bancários.....	409
2.10.10 Os contratos de seguros .....	412
2.10.11 O contrato de estacionamento em estabelecimento do fornecedor .....	417
2.10.12 O contrato de transporte aéreo.....	418
2.10.13 O contrato de turismo (pacote turístico) .....	421
2.10.14 O compromisso de compra e venda de imóveis.....	422
2.10.14.1 Cláusula que prevê o pagamento do "resíduo" inflacionário .....	423
2.10.14.2 Outras cláusulas abusivas no compromisso de compra e venda de imóveis .....	429
2.10.15 O compromisso de compra e venda de lote (loteamen- tos) .....	429
2.11 A convenção coletiva de consumo .....	437
2.11.1 O conteúdo da convenção .....	437
2.11.2 A validade e a eficácia da convenção .....	438
<b>3. O contrato e a proteção ao meio ambiente .....</b>	<b>441</b>
3.1 A relação de meio ambiente .....	441
3.2 A Política Nacional do Meio Ambiente .....	446
3.3 As atividades negociais e o meio ambiente .....	449
3.4 As convenções coletivas de proteção ao meio ambiente.	466
<b>4. Os contratos de trabalho .....</b>	<b>467</b>
4.1 A proteção contratual do empregado.....	467
4.2 As convenções coletivas de trabalho.....	470
<b>5. Os contratos agrários .....</b>	<b>484</b>
5.1 A relação contratual agrária.....	484
5.2 As convenções coletivas agrárias.....	489
<b>6. Os contratos de direitos autorais .....</b>	<b>492</b>
6.1 A relação contratual de direito de autor.....	492
6.2 A política nacional de direito de autor.....	497
6.3 A proteção contratual do autor .....	500

6.4	A obra caída em domínio público .....	514
6.5	As convenções coletivas de proteção dos direitos de autor .....	516
<b>7.</b>	<b>Os contratos de locação .....</b>	<b>521</b>
7.1	A relação locatícia .....	521
7.2	As convenções coletivas de locação .....	526
<b>8.</b>	<b>Os contratos administrativos .....</b>	<b>529</b>
8.1	A relação contratual administrativa .....	529
8.2	A política nacional da contratação administrativa .....	531
8.3	A proteção do interesse público no contrato .....	532
<b>9.</b>	<b>A tutela processual dos interesses difusos e coletivos nos contratos .....</b>	<b>534</b>
9.1	A ação civil pública .....	535
9.1.1	A ação de interesses difusos e coletivos .....	535
9.1.2	A legitimidade .....	542
9.1.3	A ação coletiva de interesses individuais homogêneos .....	547
9.1.4	A litispendência. Conexão e continência das ações .....	550
9.1.5	Competência .....	551
9.1.6	A petição inicial .....	554
9.1.6.1	Causa de pedir .....	556
9.1.6.2	O pedido liminar .....	556
9.1.6.3	O pedido definitivo .....	558
9.1.7	A sentença .....	559
9.1.8	A coisa julgada .....	561
9.1.9	Liquidação e execução .....	562
9.2	A ação popular e os interesses públicos e privados .....	563
9.2.1	Legitimidade .....	564
9.2.2	A litispendência. Conexão e continência das ações .....	572
9.2.3	Competência .....	573
9.2.4	A petição inicial .....	574
9.2.5	As exceções na ação popular .....	586

9.2.6 A sentença .....	587
9.2.7 A coisa julgada.....	592
9.2.8 Liquidação e execução.....	593
<b>Bibliografia .....</b>	<b>597</b>